

A implantação da lavoura de café em Vassouras: os Teixeira Leite e o crédito em uma região de fronteira aberta (século XIX)

Thiago de Souza dos Reis¹

RESUMO: O presente artigo pretende analisar a atuação dos membros da família Teixeira Leite, em especial a atuação de Francisco José Teixeira Leite, enquanto provedores de crédito para a formação e crescimento da lavoura de café na região fluminense do Vale do Paraíba do Sul no século XIX. O acesso aos recursos para a formação de uma fazenda e cultivo de um cafezal era feito por diversas formas, entre as quais o crédito tomado a juros de capitalistas da região. Como aponta Stanley Stein (1990), os membros da família Teixeira Leite se especializaram no fornecimento de crédito para a lavoura de café em Vassouras e região, o que possibilitou a formação de uma intrincada rede de relações com outras famílias abastadas e também com indivíduos mais humildes. Parte dessa rede buscaremos retomar ao longo desse trabalho, analisando, principalmente, os inventários do Barão de Vassouras e de sua primeira esposa, além de outros documentos de foro público e privado.

PALAVRAS-CHAVE: Teixeira Leite; crédito; Vassouras; lavoura de café.

ABSTRACT: This article intends to analyze the performance of members of the Teixeira Leite family, especially the performance of Francisco José Teixeira Leite, as providers of credit for the formation and growth of coffee plantations in the Rio de Janeiro region of the Paraíba do Sul Valley XIX. Access to resources for the formation of a farm and cultivation of a coffee plantation was made in a variety of ways, including credit taken at the interest of capitalists in the region. As Stanley Stein (1990) points out, members of the Teixeira Leite family specialize in providing credit for coffee plantations in Vassouras and region, which enabled the formation of an intricate network of relationships with other wealthy families and also with more individuals humble Part of this network we will seek to resume throughout this work, analyzing, mainly, the inventories of Barão de Vassouras and its first one, besides other documents of public and private forum.

KEYWORDS: Teixeira Leite; credit; Brooms; coffee crop.

Nosso interesse com o presente trabalho é discutir a inserção de um rico proprietário vassourense e sua família no âmbito do fornecimento de crédito à empresa cafeeira no Vale Fluminense do Paraíba do Sul. O personagem em destaque é Francisco José Teixeira Leite, agraciado com o título de barão de Vassouras por decreto de 1871. Francisco José Teixeira Leite foi um dos pioneiros na colonização da região de Vassouras, tendo se estabelecido naquelas paragens em companhia de seu tio materno, Custódio Ferreira Leite (mais tarde agraciado com o título de barão de Ayuruoca), que fora vencedor da licitação para a construção de um dos trechos da Estrada da Polícia – na verdade uma ponte sobre o rio Paraíba do Sul – no início da década de 1820.

O interesse por essa região passava por um crescimento vertiginoso nas últimas três ou quatro décadas, promovido pelo declínio na produção aurífera das Minas Gerais

¹ Doutorando e Mestre em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UNIRIO). Professor no curso de graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida e no curso de graduação em História da Universidade Estácio de Sá.

e, conseqüente, transferência de capitais mineiros para outras regiões e áreas produtivas. Desse modo, o Vale do Paraíba foi entrecortado por caminhos e estradas que davam base para o desenvolvimento do trânsito de mercadorias e pessoas entre as províncias de Minas Gerais e a, cada vez mais importante política e economicamente, província do Rio de Janeiro.

Quando de seu estabelecimento no então arraial de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite, um jovem mineiro nascido em 13 de novembro de 1804, residente na cidade de São João del-Rei, Comarca do Rio das Mortes, se dedicou, inicialmente, ao comércio de *grosso trato* entre São João del-Rei, o Vale Fluminense do Paraíba e a Corte.² O comércio de longa distância era, então, uma atividade muito lucrativa que atraía portugueses e mineiros interessados em uma forma de ganhar a vida ou, como no caso de Francisco José, em reinvestir os capitais amealhados em outras áreas em novas atividades lucrativas.

Nas terras às margens dos novos caminhos, abertos em meio à floresta da Mata Atlântica, inicialmente se instalaram pequenos produtores rurais, sitiante e taverneiros para explorar o crescente tráfego que aí se incrementava. As levadas de tropeiros buscavam locais para abastecimento, alimentação e descanso e essa demanda motivou uma incipiente ocupação inicial desses recônditos da serra fluminense. Os primeiros ocupantes, além de atenderem a essa demanda, também iniciavam pequenas plantações, sobretudo de milho, mandioca, feijão e cana-de-açúcar, para consumo próprio, comercialização dos excedentes ou para a produção de aguardente e açúcar, gêneros um pouco mais valorizados. Criações de aves, bovinos, caprinos, equinos, e suínos também ajudavam na manutenção dos primeiros fogos e no incremento da renda. Com o crescimento das ligações comerciais entre a Corte e a região mineira, essas instalações tonaram-se mais lucrativas, motivando a chegada de novos interessados. A grande disponibilidade de terras e a relativa facilidade em conseguir um título de sesmaria, devido aos incentivos da Coroa Portuguesa, também contribuíram para o aumento da colonização na região.³

² TAMBASCO, J. C. Vargens. *A Vila de Vassouras e o vale médio do Paraíba*. A conquista da terra e a formação das bases agrícolas (1780-1833). Vassouras: Edição do Autor, 2007. p. 225-226.

³ Sobre a ocupação inicial das terras do Vale do Paraíba Cf. STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 27-52.; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979.

Nesse período, início da década de 1820, talvez antes, uma nova cultura torna-se promissora na região: o café. Contudo, até a década seguinte, o café era apenas uma cultura consorciada às demais. Pelo fato de demandarem alguns anos para tornarem-se produtivos, os cafezais eram, inicialmente, uma cultura periférica e, mesmo depois, ainda eram consorciados a outras culturas com quatro ou cinco anos depois de plantados.

Até que pudesse produzir de forma satisfatória, o cafezal era um investimento, com lucro quase que garantido, mas sujeito às intempéries climáticas da região e que necessitava de cuidados constantes por parte do plantador. Por isso, tentando adiantar parte do retorno sobre o investimento realizado, ou mesmo como maneira de subsistência, os primeiros sesmeiros e suas famílias buscavam a segurança das culturas e criações tradicionais que assinalamos acima. Até a década de 1850, em virtude das extensas áreas de matas ainda virgens, era comum que o cafeicultor também se dedicasse a outras culturas como forma de adiantar ou amenizar os investimentos necessários para a formação de um núcleo produtivo.

Além do investimento na terra, nas plantações e nas primeiras benfeitorias (casa de morada, engenhos de serrar, moenda de cana-de-açúcar, paióis, estábulos, senzalas...), os colonos também investiam na mão de obra, em geral escrava e de origem africana, contudo índios escravizados durante as “guerras justas” e livres que recebiam por jornada de trabalho também participaram como importante parcela da força produtiva utilizada nas primeiras décadas de povoamento da região, além, é claro, do próprio sesmeiro e de sua família.

Também Francisco José adquiriu terras na região e formou o que mais tarde seria uma fazenda dedicada ao plantio do café. Tratava-se da Fazenda da Cachoeira, parte do dote recebido após o casamento, em 1830, com Maria Esméria Leite Ribeiro, filha do Capitão Anastácio Leite Ribeiro, fazendeiro na região de Valença. Seu sogro já havia se fixado na região de Conservatória (Valença), onde fundou a Fazenda São José do Rio Bonito. Certamente a experiência do sogro, que optou por dar parte do dote em terras e não somente em dinheiro ou outros bens, foi importante para a manutenção do casal nos primeiros anos de seu casamento.

A escolha do Capitão Leite Ribeiro, possivelmente não foi feita de forma aleatória. É patente que naquela sociedade, recém-emancipada de Portugal e dos laços coloniais, mas ainda impregnada das características de uma sociedade de Antigo

Regime, o capital “terra” era sinônimo de segurança e estabilidade e o investimento nesse bem lograva também uma inserção diferenciada do casal no meio social. Outro bem muito comumente recebido como parte do dote era o escravo. Terra e escravo formavam, então, a base segura que garantiria a prosperidade para o futuro do casal.

Contudo, o ofício de fazendeiro não parece ter monopolizado as atenções do futuro Barão, que em 1851 já reconhecia, através da carta que seu advogado encaminhou ao Juiz Municipal de Órfãos substituto, quando dos trâmites do processo de partilha do espólio de sua finada esposa, que não era um mero agricultor ou proprietário. Nesse documento, o advogado de Francisco José expõe que,

Enfim o suplicante [Comendador Francisco José Teixeira Leite] **foi sempre mais comerciante e capitalista do que fazendeiro**, tendo o estabelecimento agrícola mais por passatempo do que por interesse [...] (grifo nosso)⁴

Na fala transcrita, o Comendador se refere à sua ocupação como “capitalista”. Em *A velha arte de governar*, Maria Fernanda Martins (2005), afirma que os capitalistas

são entendidos (...) como aqueles que viviam em função do capital usurário e empréstimos a terceiros, **figuras típicas de sociedades pré-capitalistas ou de um capitalismo não plenamente constituído**, substituíam geralmente um incipiente ou inexistente setor bancário, controlando, via de regra, a liquidez do mercado. Nesse sentido, tendem a perder sua importância a partir dos anos 80, e da consolidação do sistema bancário, responsável pela criação e manutenção de linhas de crédito. (grifo nosso)

Em uma fronteira agrária de recente abertura, como o Vale Fluminense do Paraíba do Sul no início do século XIX, era comum que diversas formas para financiamento da empresa agrícola coexistissem. Se por um lado o café já despontava como uma cultura de considerável rendimento na década de 1830, por outro, durante sua implantação – e mesmo ao longo de seu desenvolvimento –, o cafezal gerou a necessidade de amplos investimentos que, em muitas vezes, superava o capital já amealhado pelos pioneiros na colonização do Vale em outras atividades ou regiões. Para Stanley J. Stein,

O cultivo do café não estabeleceu apenas o modelo de amplas propriedades de terra; exigiu também novas fontes de capital e crédito. Numa época de autossuficiência, a maioria dos primeiros plantadores de café que estavam adquirindo terras, abastecendo as fazendas com escravos que tinham de ser alimentados, vestidos e equipados com ferramentas, ou obtendo alguns

⁴ Maria Esméria Teixeira Leite (1851). Inventário *post-mortem*. Fl. 39v. Centro de Documentação Histórica (CDH-USS).

produtos como o sal de fora de sua região próxima, encontrou recursos disponíveis dentro dos limites do próprio município. (STEIN, 1990: 42)

Sabemos que o início do século XIX é um momento caracterizado pela escassa disponibilidade de acesso ao crédito por meio de agências creditícias institucionalizadas ou oficiais, seja nessa região ou mesmo na Corte, que concentrava as primeiras instituições bancárias oficiais e estava relativamente próxima a área em destaque. Mesmo esses obstáculos não impediram os investimentos e a circulação de capitais no Vale, como bem observou o americanista Stanley Stein. O homem que acessa as novas fronteiras agrícolas também acessava o mercado de crédito local, fundado sobre regras próprias constituídas no cotidiano, por diversas maneiras para financiar suas empreitadas.

Uma das formas de acesso ao capital era por meio dos dotes ou heranças, como no caso das terras recebidas como parte do dote a que Francisco José e Maria Esméria tinham direito quando de suas núpcias e que deu origem à Fazenda da Cachoeira.

Vimos que a escolha por dar o dote em terras e escravos podia representar uma tentativa de assentar o futuro do novo casal, inserindo-o em um contexto hierárquico superior, ou seja, seriam senhores de terras e de escravos como o eram seus pais. Por outro lado, a transferência desses bens representava a oportunidade de acesso ao capital para que os mais jovens pudessem também realizar seus investimentos, o que nessa região, em muitas das vezes, se traduziram em investimentos na lavoura de café.

Heranças e legados deixados em testamento também se constituíam importante fonte de capital para a empresa cafeeira no Vale e o padrão dos casamentos na região contribuiu para que houvesse a manutenção da riqueza no seio das famílias já abastadas.

Uma das estratégias para manutenção das fortunas, já largamente estudada pela historiografia, foi o casamento intrafamiliar e, mais uma vez, o Comendador Teixeira Leite se enquadra como exemplo, já que Maria Esméria Leite Ribeiro, sua esposa, era também sua prima de primeiro grau, filha do Capitão Anastácio Leite Ribeiro que, por sua vez, era irmão de Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro, sua mãe. Percebe-se então, que a chegada inicial de Custódio Ferreira Leite possibilitou não só a vinda de seu sobrinho, Francisco José, mas também de outros membros da família, como a de seu irmão Anastácio. Esses primeiros desbravadores da região, por sua vez, reafirmavam seus laços sanguíneos por meio dos casamentos entre parentes do mesmo grupo familiar, conforme observado.

Essa estratégia foi fundamental para que houvesse a manutenção das terras no seio familiar quando deixadas em herança ou como legado. Contudo, somente os casamentos não explicam o sucesso da manutenção da riqueza nas mãos de poucos, mesmo passadas algumas gerações. Estudando as famílias mais ricas da região, Célia Maria Loureiro Muniz, em sua tese de doutorado, afirma que era comum que houvesse um parente beneficiado pelo testamento ou partilha dos bens legados, mesmo em um sistema de igualdade jurídica entre os herdeiros. Isso se deve à necessidade de continuidade do legado deixado pelo finado, o que não seria possível, ao menos em hipótese, caso as terras de uma mesma propriedade fossem divididas igualmente entre os herdeiros. Assim, as ricas famílias do Vale, preferiam manter as terras sob a propriedade de poucos herdeiros e distribuir o restante dos bens (escravos, prédios urbanos, dívidas ativas, ações) entre os demais. Para a autora, essa ação contrariava a ideia de igualdade presente nas *Ordenações Filipinas*, texto legal que regulava o processo de transmissão das heranças e legados, ainda em voga nesse período. Ao evitar sua divisão, esse sistema de partilha contribuía com a concentração da propriedade rural e, por consequência, com a manutenção do *status quo* e dos privilégios dos beneficiados, colaborando também com a eleição de um novo ente que viria a se tornar o esteio do grupo familiar num futuro próximo.⁵

Para além disso, mesmo que a herança ou legado não se constituísse em terras, ou o herdeiro não fosse o “principal” beneficiado do testamento ou partilha, receber qualquer outro bem de um parente finado representava uma importante forma de acesso ao capital necessário para o investimento na lavoura do café, dado que os demais bens poderiam ser transformados em capital corrente a ser empregado na aquisição de novas terras e escravos – em um momento de fronteira aberta em que ainda havia disponibilidade abundante desses recursos com valores mais baixos –, abertura de novas áreas de floresta para a lavoura, ampliação da sede e das benfeitorias existentes, compra de maquinário...

Por sua vez, o capital tomado em empréstimo a outros membros do grupo familiar se constituía em outra importante fonte para novos investimentos ou saneamento de dívidas já contratadas anteriormente. E mesmo os mais proeminentes

⁵ Cf “Cap. II: Os ricos tornam-se cafeicultores”. In MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *A Riqueza Fugaz: Trajetórias e Estratégias de Famílias de Proprietários de Terras de Vassouras, 1820-1890*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. p. 94-156.

proprietários da região em algum momento recorreram a esse tipo de financiamento muito comum naquela região do Vale, como em outras.

Para Stanley Stein, como as uniões se davam no seio de um mesmo grupo familiar, ou entre dois grupos diferentes – dada a limitada origem dos troncos familiares e o parco número de famílias tradicionais existentes no Vale –, as relações creditícias estabelecidas nessa conjuntura “tendiam a embaçar a distinção entre empréstimo e ajuda familiar” (STEIN, 1990: 42). Recorrer a um parente no momento de necessidade econômica ou para ampliar os investimentos na lavoura de café era uma via aceitável para aquela sociedade e, inclusive, podia agir como importante meio para reafirmação dos laços e hierarquias presentes no interior do grupo familiar.

A partida de Francisco José Teixeira Leite de São João del-Rei, acompanhando seu tio, Custódio Ferreira Leite, só foi possível graças a um empréstimo tomado de seu pai, Francisco José Teixeira. Foi esse empréstimo que possibilitou a Francisco José, o filho, então com dezesseis anos, realizar os investimentos necessários para montar uma tropa e intermediar o comércio de Minas com a Corte, utilizando os caminhos recém-abertos no Vale do Paraíba.

Mais tarde, já estabelecido em Vassouras, senhor de terras e escravos, enriquecido com as rendas do comércio e do capital usurário, o Comendador não parece se esquivar de ainda recorrer ao pai. No inventário de sua mulher, Maria Esméria, de 1851, há um reconhecimento de dívida do casal com Francisco José Teixeira, já agraciado com o título de Barão de Itambé, no valor de 106:215\$210 (cento e seis contos, duzentos e quinze mil e duzentos e dez réis), o que demonstra que mesmo em situação privilegiada, um membro abastado da família poderia recorrer ao empréstimo de um parente no momento em que fosse necessário. Mesmo sem saber ao certo as circunstâncias dessa dívida, tudo leva a crer que não era a devolução do dote recebido no ato do casamento.⁶

Recorrer à ajuda de um familiar não tinha apenas sentido econômico, mas representava o complemento da própria dinâmica familiar, do sentimento de pertencimento a um grupo. Dessa maneira, torna-se oportuno retomar a análise de Stanley Stein sobre esse grupo familiar:

[...] A solidariedade e a ajuda mútua por parte da família eram essenciais para ampliar a influência financeira da família, e Francisco José – “Primo

⁶ Maria Esméria Teixeira Leite (1851). Inventário *post-mortem*. Fl. 20. CDH-USS

Chico” para os membros da ramificada família que ocasionalmente visitavam Vassouras, vindos da província de Minas – insistiu que seus descendentes dessem continuidade a essa tradição em seu testamento: “Que cada um de vocês seja amigo do outro, sempre unidos e se ajudando mutuamente, seguindo exemplo admirável de seus avós e tios; sejam (...) diligentes, disciplinados e econômicos, de modo a não caírem em desgraça.” (STEIN, 1990: 42-43)

Valendo-se de uma passagem do testamento do Barão de Vassouras, Stanley Stein assinala a ideia de “solidariedade”, característica das gerações que antecederam o Barão e que ele, para o bem da família, gostaria que fosse preservada pelas gerações vindouras. Assim, o ato de conceder crédito a um familiar ultrapassava os limites do econômico e atingia um grau simbólico bem mais significativo para os entes daquele grupo familiar. Se era certo que a ideia de “ajuda mútua” não percebia o eixo econômico como principal, não podemos ignorar que este o era muito importante para evitar a “desgraça” de um parente ou mesmo de todo o grupo familiar.

Mas não só membros do grupo familiar recorriam aos grandes fazendeiros e proprietários em busca de crédito. Era muito comum que toda a sociedade, ou ao menos aqueles que gozavam de boa reputação, também recorresse aos mais abastados de sua comunidade em busca de crédito, havendo, inclusive, nomes que sabidamente eram emprestadores de crédito aos quais se podia apelar no momento em que fosse necessário. Como no caso do Comendador Teixeira Leite, alguns emprestadores tomavam essa função como uma importante ocupação, da qual provinha parte substancial de seus rendimentos; eram os capitalistas, financistas e usurários, aqueles que lucravam com os juros do capital que emprestavam. Mas somente a boa reputação não era suficiente garantia para a realização de um empréstimo, muitos foram garantidos também com bens do tomador: escravos, terras, prédios urbanos e mesmo o direito sobre a colheita do café em determinado ano.

Stanley Stein afirma que “havia fazendeiros vizinhos prontos a emprestar dinheiro mediante garantias”, o que contribuiu para que muitos fazendeiros adquirissem fortunas, em terras ou dinheiro, através de empréstimos tomados aos seus compadres, parentes e vizinhos. Entre os principais credores, Stein indica que havia uma família que se destacava entre os capitalistas da região e que “representou, durante 40 anos, um importante papel no apoio às necessidades financeiras do município de Vassouras”: os Teixeira Leite (STEIN, 1990: 42-43).

No já citado inventário de Maria Esméria, cujo inventariante, como de costume, foi seu próprio marido, o Comendador Francisco José Teixeira Leite, o montemor, ou seja, o valor bruto dos bens sem as deduções legais, indicado no inventário era de 1:126:260\$247 (mil cento e vinte seis contos, duzentos e sessenta mil e duzentos e quarenta e sete réis). Entre os bens, a fazenda tinha 225 alqueires, 250.000 pés de café, 147 escravos adultos e 15 crianças, que representaram apenas pequena parte do inventário: 184:479\$200 (cento e oitenta e quatro contos, quatrocentos e setenta e nove mil e duzentos réis), ou seja, terras, escravos e culturas, correspondiam a apenas 16% de todos os bens do casal. A maior parte dos bens inventariados traduziram-se em dívidas ativas, valores a receber que estavam emprestados a terceiros.

Em 1851, havia 507:426\$565 (quinhentos e sete contos, quatrocentos e vinte e seis mil e quinhentos e sessenta e cinco réis) emprestados na praça, entre dívidas boas, dívidas com perdas de 50% e dívidas perdidas no espólio de Maria Esméria e nos bens do Comendador Teixeira Leite. Os empréstimos concedidos a terceiros, então, perfaziam pouco mais de 45% de toda a fortuna inventariada.

Entre os tomadores de crédito do casal estavam o Barão de Paty do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, com uma dívida de 3:190\$000 (três contos e cento e noventa mil réis), e o Barão de Capivary, Joaquim Ribeiro de Avelar, que pegou emprestado 4:060\$000 (quatro contos e sessenta mil réis). Além desses importantes dignitários da região, havia muitos outros fazendeiros e pessoas comuns que recorreram ao auxílio do casal Teixeira Leite.

A maior dívida ativa lançada naquele inventário foi em nome de José Pinheiro de Souza, que tomou emprestado 32:838\$110 (trinta e dois contos, oitocentos e trinta e oito mil e cento e dez réis). O menor valor ali registrado, com uma perda de 50%, emprestado a um tal de João Francisco de Assis, foi de 34\$000 (trinta e quatro mil réis). Entre as dívidas lançadas como “perdidas”, os valores oscilaram entre 9:088\$688 e 42\$000, tomados por Joaquim Carlos Alves e Manoel Jacinto Pantaleão, respectivamente.

Célia Loureiro Muniz (2005) indica que em vários inventários da região, tanto de grandes como de pequenos proprietários, há registros de dívidas com a família Teixeira Leite. Segundo ela,

Em 1845, José Gomes de Aguiar tem com o Dr. Joaquim Teixeira Leite uma dívida de 20:000\$000. Em 1858, Francisca Maria d’Ávila esposa de

Francisco José d'Ávila, faleceu e em seu inventário vemos que a família tem uma grande dívida: 100:519\$523. Dessa dívida 33:248\$508 era com Francisco José Teixeira Leite, 28:759\$281 era com Furquim & Irmãos, 7:051\$545 com João Evangelista Teixeira Leite, além de outros credores. Para pagar as dívidas o casal teve de vender vários bens.

Em seu trabalho, a autora também observa que outras importantes famílias também contraíram dívidas com os Teixeira Leite, corroborando o que já constatamos na análise do inventário de Maria Esméria, onde figuram como devedores os barões de Capivari e de Paty do Alferes. Pelo que parece, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de Paty do Alferes, era um devedor assíduo do amigo, o Comendador Francisco José Teixeira Leite. Célia Loureiro Muniz, analisando as dívidas relatadas no inventário do Barão de Paty do Alferes, aberto em 1862, afirma que havia dívidas passivas com os irmãos Teixeira Leite como credores, nesse caso, aos valores declarados somavam mais de 250:000\$000.

A rotatividade dos capitais emprestados era grande e os lucros com a atividade também o eram. Se em 1851, o Comendador possuía 507:426\$565 (quinhentos e sete contos, quatrocentos e vinte e seis mil e quinhentos e sessenta e cinco réis) em dinheiros emprestados na praça, essa cifra só fez crescer nos anos seguintes. Em 1870, Taunay estima que os negócios de banqueiro de Francisco José já chegavam a 3:600:000\$000 (1939c: p. 208). Apesar dos lucros crescentes, emprestar dinheiro não era um negócio sem riscos ou perdas. Vimos que as dívidas ativas registradas em 1851 eram divididas em dívidas boas, dívidas com perdas de 50% e dívidas perdidas, ou seja, o Comendador constatava, através da avaliação dos recursos por ele emprestados, que havia perdas na recuperação daquilo que foi emprestado. Os valores das perdas eram baixos, comparados às dívidas boas, mas o risco existia.

O não pagamento dos compromissos financeiros assumidos com outrem não parece ser o caso do Barão de Paty do Alferes, que arcou com seus pagamentos no momento do processo de partilha em seu inventário. Contudo, em caso de não pagamento por parte do tomador do crédito, a saída, geralmente, tomava a forma judicial: a garantia era executada, os bens iam a leilão em praça e o credor era indenizado por seu prejuízo. Stanley Stein aponta que quando o pagamento era garantido por meio de hipotecas, muitas vezes, a família executava a dívida e recebia propriedades como pagamento (STEIN, 1990: 43). As hipotecas e os empréstimos com garantias, registrados em cartório, foram mais comuns na segunda metade do século

XIX, quando o Código Comercial do Império já estava em vigor e as instituições bancárias mais desenvolvidas e funcionando de forma mais profissional.

Mariana Muaze, analisando o processo de enriquecimento de outro ramo familiar, os Ribeiro de Avellar, especialmente a trajetória do Barão de Capivary, indica que

é preciso considerar, ainda, sua condição de fazendeiro-capitalista, ou seja, de empresário que não vivia, exclusivamente, da produção agrícola. Faziam parte de suas estratégias de ampliação de fortuna, os empréstimos a juros e a falência alheia como, aliás, era comum entre seus pares até, pelo menos, meados de 1860. (MUAZE, 2006: 190)

Se o “jogo” era arriscado, os lucros, até certo período, compensaram os prejuízos. Apesar do processo de execução da dívida ser trabalhoso – muitas vezes demorado –, dificilmente não havia a recuperação, ao menos, de parte do valor emprestado. Por outro lado, como apontado acima por Mariana Muaze, os capitalistas, fatalmente, lucravam sobre a falência alheia. Em muitos casos, os devedores que tiveram suas dívidas executadas judicialmente perderam suas principais propriedades e foram reduzidos à pobreza.

Em 1881, o Barão de Vassouras foi à Justiça executar uma dívida não recebida. O executado era o lavrador Joaquim dos Santos Araújo que, naquela altura, devia 22:395\$000. Joaquim, quando contraiu a primeira dívida de 11:400\$000 com o Barão em abril de 1877, tinha por objetivo comprar a Fazenda Boa Vista, localizada no lugar denominado “Pocinho”. O prazo para o pagamento era de três anos e os juros contratados entre as partes eram de 10% a.a. Como garantia do empréstimo, Joaquim hipotecou seu Sítio Eleutério, localizado na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, “com todas as suas benfeitorias”, 11 escravos, além da Fazenda Boa Vista, e suas benfeitorias, que seria adquirida logo em seguida ao empréstimo.

Como não honrou seus compromissos no prazo acordado, os bens dados como garantia por Joaquim dos Santos Araújo foram a pregão em praça pública. Não houve interessados durante 21 tentativas consecutivas, dessa maneira o credor, retomando para si os bens avaliados em 11:644\$000, realiza novo leilão onde arrecada 20\$000 sobre o preço da adjudicação. Como não conseguiu reaver todo seu capital emprestado a Joaquim, além do tempo e dinheiro investidos no processo de execução, houve claro prejuízo para o Barão. Mas, como dissemos, esse foi um entre tantos investimentos

realizados no período e, em geral, as dívidas consideradas boas superaram as dívidas perdidas.

Para evitar o risco de um único tipo de investimento e para garantir sua diversificação, os capitalistas também se interessavam por outras atividades. Além do fornecimento de crédito, mais ligado à cidade de Vassouras, os Teixeira Leite representavam os interesses de seus pares na Corte através de casas comissárias de café. Essa atividade os tornava intermediários entre os cafeicultores e a exportação do café e assegurava, muitas vezes, ganho maior do que o do próprio produtor. Também serviam de intermediários nas compras que o fazendeiro precisava fazer na Corte, ou para importação de objetos da Europa. Teixeira Leite & Sobrinhos, Teixeira Leite & Bastos, João Batista Leite & Cia, Furquim Joppert & Cia eram casas ligadas à família Teixeira Leite com ampla atuação na praça comercial da Corte.

A atividade bancária também foi um ramo explorado pela família. Em 1859, instalou-se em Vassouras uma agência do Banco Comercial e Agrícola, cujo presidente à época era João Evangelista Teixeira e Souza, grande acionista do banco, que mantinha relações muito próximas com o Ministro das Finanças do Império, Bernardo de Souza Franco. O primeiro diretor da agência de Vassouras foi um dos principais capitalistas da cidade, Francisco José Teixeira Leite. Também foram diretores da agência Caetano Furquim de Almeida, genro e comissário de Francisco José Teixeira Leite, e Francisco José Teixeira e Souza, casado com Maria Gabriela, irmã de Francisco José Teixeira Leite, todos importantes acionistas da instituição (RAPOSO, 1978: 151).

A diversificação dos investimentos parecia ser uma lógica recorrente naquela sociedade. Mariana Muaze, ainda observando os Ribeiro de Avellar, afirma que

A lógica econômica, compartilhada com muitos outros fazendeiros enriquecidos, era a seguinte: os lucros obtidos com empréstimos, hipotecas e juros eram reinvestidos em mais bens agrícolas tais como terras e escravos. Desta forma, o cafeicultor aumentava o seu cabedal de riqueza sem abandonar a sua posição de grande proprietário e nem abrir mão do prestígio a ela reverenciado (MUAZE, 2006: 191).

Contudo, não parece ser esse o mesmo padrão seguido pelos Teixeira Leite. O Almanack Laemmert de 1863, na parte dedicada à província do Rio de Janeiro, destaca como capitalistas os irmãos Francisco José Teixeira Leite, Joaquim José Teixeira Leite, Carlos Teixeira Leite e João Evangelista Teixeira Leite, todos indicados também como

eleitores. Porém, na relação dos fazendeiros e agricultores de café não há nenhum representante desse ramo familiar.

Nos inventários já analisados do Barão de Itambé, Francisco José Teixeira, do Barão de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite, e de sua primeira mulher, Maria Esméria Teixeira Leite, respectivamente dos anos de 1866, 1884 e 1851, percebemos que terras, escravos, bens móveis e outros imóveis não representaram nunca a metade do valor do monte-mor a ser partilhado, padrão distinto do apontado em outros inventários de grandes senhores da região, nos quais foi observado um alto valor investido em terras e escravos (SALLES, 2008). Essa constatação inicial pode ser um indício de uma postura distinta frente aos investimentos decorrentes da produção do café, investimentos esses que tradicionalmente estiveram ligados, ao menos na região do Vale do Paraíba, à lógica de reprodução da cultura cafeeira, ou seja, ligados à imobilização de capitais em terras e escravos como fator de manutenção do *status* adquirido e mesmo de sobrevivência das lavouras, tendo em vista que as técnicas produtivas de então estavam baseadas na necessidade constante de expansão da área cultivada, pois o cafezal tinha uma vida útil produtiva de cerca de pouco mais de quinze anos.

Como bem observou Ricardo Salles, a partir da década de 1850, se sucedem duas fases do desenvolvimento da cultura cafeeira na região: uma denominada “apogeu” (1850-1865) e outra “grandeza” (1866-1880). O apogeu é marcado por um reordenamento das relações entre senhores e escravos, fruto da extinção do tráfico internacional e da necessidade de manter a unidade produtiva, a fazenda, funcionando. Assim, para o autor, observa-se a tendência de crioulização e de um maior equilíbrio etário e sexual nos plantéis. Ao longo da grandeza, os problemas na cultura do café não se restringiam à reprodução artificial ou natural da mão-de-obra cativa, mas são recorrentes as queixas sobre a escassez de matas virgens para a expansão das lavouras. Mesmo com o declínio da produtividade dos cafezais envelhecidos, esse segundo período foi um momento no qual se observou uma valorização no preço dos escravos, pois, diante da diminuição da disponibilidade da mão-de-obra a partir de 1850, havia a possibilidade da auto reprodução da população cativa. Por outro lado, numa perspectiva simbólica, datam dessa fase as principais intervenções artísticas para a composição das opulentas casas senhoriais, verdadeiros palacetes, o que demonstra o investimento na

valorização da propriedade e na repercussão de uma cultura entendida como “civilizada”.⁷

Parece que mesmo antes do aparecimento dos problemas acima expostos, Francisco José Teixeira Leite entendia que o investimento em terras e escravos podia não ser interessante no médio ou longo prazo.

No decorrer do inventário aberto após o falecimento de Maria Esméria, Francisco José pediu ao juiz que lhe concedesse o direito de não dividir a fazenda da Cachoeira com os sete filhos e sim dar-lhes a parte da herança em dívidas ativas, justificando sua solicitação com o fato de que, apesar do lucro da cafeicultura nos idos do início da década de 1850, a divisão da fazenda pelos herdeiros não era interessante para o desenvolvimento de nenhum cultivo. Além disso, indicava que a fazenda já estava praticamente toda ocupada com lavouras e benfeitorias, o que impossibilitava a expansão dos cafezais no futuro, quando os herdeiros menores assumissem seus bens.⁸

A mesma ideia parece ocorrer no texto de uma carta trocada com o Barão de Capivary datada de 02 de fevereiro de 1863:

Meu amigo e Exc,
(...) Pelo Sr. Laureano José Coelho recebi a de V. Exc. de 17 falando-me para emprestar a ele hipotecando-me ele todos os bens. Eu não gosto de emprestar por hipoteca mas estou persuadido que este Sr. é capaz, basta ser seu recomendado. (...) Minha fortuna está nas mãos dos cafeicultores e com

⁷ A exteriorização de hábitos e aspectos culturais pelo grupo de cafeicultores da região do Vale do Paraíba corresponde à reprodução daquilo que classifica como *éthos* senhorial escravista, uma atitude da classe econômica dominante que visa implantar e desenvolver padrões de comportamento social identificados com os ideais de civilização e progresso (SALLES, 2008: 151-2, 169).

⁸ Nas palavras de Francisco José: “Uma tal divisão em tão pequeno terreno, desarranjaria a todos, faria perder todo o merecimento da fazenda, ao passo que, não daria verdadeiro interesse a ninguém. Acresce, que esse mesmo terreno está quase todo cultivado e ocupado com plantações e benfeitorias, e quase nenhum mato, de modo que com o usufruto, que o suplicante continuaria a ter dele, e segundo o sistema de lavoura de nosso país, que exige indispensavelmente para plantação bons matos daqui a dez e quatorze anos, quando os últimos menores pudessem receber o seu quinhão, estaria esse terreno, tão diminuto para cada um, completamente safado e estragado, não tendo quase valor algum. Tudo o mais como escravos, animais, imóveis, casas, plantações, benfeitorias, tudo é muito frágil e caduco sujeito a perecer, a extinguir-se e deteriorar-se dentro de pouco tempo, de maneira, que, bem considerado tem menos certeza e segurança do que boas dívidas do comércio e movidas com muita atividade. Com efeito, os cafezais, que hoje existem e dão algum resultado, daqui a seis ou quatorze anos, estarão reduzidos a capoeira e sem valor algum, os escravos, terão morrido quase todos, outros envelhecidos, e outros fugidos e outros reduzidos a estado de perfeitamente inválidos, porque observa-se que nesta província, que de dez em dez anos ou ainda menos, a escravatura se renova, ou por outra se substitui, sendo que todos os mais objetos de certo terão desaparecido. Assim, o pagamento dos herdeiros na fazenda e mais bens, que para o tempo presente pareceria real e seguro, para o futuro se tornará com as mortes, ruínas e deterioramentos, quase inteiramente ilusório e vão, tendo eles herdeiros um prejuízo certo, se não de todas as menos da maior parte de suas legítimas.” Inventário de Maria Esmeria Leite Ribeiro, 1850. Carta do advogado de Francisco José Teixeira Leite, anexada ao inventário. Data 24 de maio de 1851, assinada por Francisco de Assis Almeida, advogado (CDH).

a falta de café nada recebo, porém se V. Exc. quiser servir a ele eu posso dar o dinheiro e V. Exc. me paga em crédito pelo tempo que lhe convier
Francisco José Teixeira Leite⁹

Mesmo recomendado pelo Barão de Capivary, Laureano José Coelho não obteve êxito em sua solicitação de empréstimo. Para Mariana Muaze, há ao menos duas hipóteses para a negativa do empréstimo: o solicitante não inspirava confiança ou de fato Francisco José não gostava de trabalhar com hipotecas, visto que, os bens de Laureano (escravos e fazenda), demorariam a ser convertidos em dinheiro, caso houvesse sua execução (MUAZE 2006: 193).

Por outro lado, grandes cafeicultores e senhores de escravos da região, como o Barão de Capivary, apesar de diversificarem seus investimentos emprestando dinheiro a juros, atuando no comércio ou no comissariado do café, mantinham a maior parte de sua riqueza imobilizada em terras e escravos. Para Muaze, é esse o interesse do Barão de Capivary quando prioriza investimentos em bens agrícolas, o que para ela explica o fato de que a quase totalidade do valor de seu inventário se traduz em terras, escravos e cafezais. Nessa perspectiva, a postura arcaizante adotada por Capivary buscava “fortalecer a posição de senhor de terras e de homens buscando a reafirmação de um ideal aristocrático e a legitimação de uma hierarquia social excludente” (MUAZE, 2006: 194-5).

No que se refere às escolhas do Barão de Vassouras e de seu ramo familiar, que parecem destoar das escolhas feitas por outros grandes proprietários de outras famílias da região, devemos ficar atentos às mudanças na estrutura legal de concessão de crédito a partir de 1850, sobretudo com o Código Comercial (1850) e a legislação hipotecária de 1864/65, que impuseram uma modernização do mercado de capitais ao majorar a inserção de instituições bancárias que se multiplicaram a partir de então. O desenvolvimento do mercado de capitais após 1850 facilitou a realização de hipotecas e a aquisição de ações de companhias (ferroviárias, de transporte urbano, iluminação a gás etc.) e de apólices da dívida pública (MARCONDES, 2002).

A análise das estruturas creditícias e de suas transformações frente ao novo aparato legal pode propiciar um importante fio condutor para entendermos a instalação, desenvolvimento e atuação dos Teixeira Leite na região de Vassouras.

⁹ Cartas de Francisco José Teixeira Leite ao Barão de Capivary. 02/02/1863. Arquivo Nacional. Fundo Fazenda Pau Grande, notação 38. *Apud* MUAZE, 2006. p. 192-3.

Por sua vez, através dessa análise inicial, percebemos que os Teixeira Leite buscaram a diversificação de seus investimentos em um nível distinto do observado por Mariana Muaze no seio familiar dos Ribeiro de Avellar, especialmente quando os Teixeira Leite estiveram à frente da implantação do Banco Comercial e Agrícola em Vassouras. Também procuraram investir na implantação de uma linha férrea que ligasse o Vale do Paraíba à Baía da Guanabara e também à Corte, visando uma ligação direta com a capital do Império e a facilitação do transporte do café para os portos na Baixada (STEIN, 1990: 135).

Se os Teixeira Leite foram importantes financistas da lavoura do café na região fluminense do Vale do Paraíba e constituíram estreitas relações com uma gama de atores locais e famílias importantes, buscaremos aprofundar em momento oportuno quais as motivações para a diversificação dos investimentos que realizavam. Ao buscar se adaptarem às estruturas creditícias institucionalizadas, ao investirem em infraestrutura e na dívida pública, estariam antecipando saídas possíveis para crise que se abateria sobre a cafeicultura fluminense do final do século XIX?

Como resposta a essa questão, por enquanto, só podemos especular. Mas, os indícios apontam que a saturação das propriedades fora percebida já no momento do auge da produção, o que poderia ajudar em uma possível antecipação e amenização de seus efeitos para as gerações futuras daquele ramo familiar. Esperamos que, com a ampliação da análise documental e cruzamento de dados, possamos nos aproximar mais das novas relações que os Teixeira Leite protagonizaram durante a profissionalização do mercado de crédito e diversificação dos investimentos a partir da segunda metade do século XIX.

Referências

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*, 7 v. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

FORTE, José Mattoso Maia. *Memória da fundação de Vassouras*. Vassouras: Fundação 1º de Maio, 1938.

FRAGOSO, João Luís; PITZER, Renato Rocha. “Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários *post-mortem*”. *Revista Arrabaldes*, ano I, n. 2, set./dez. 1988.

FRAGOSO, João Luís. *Os homens de grossa aventura: acumulação mercantil e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

GREENHALG, H. Faria Braga. *De Vassouras. História: Fatos, Gente*. Rio de Janeiro: Ultra-set Ed., 1978.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. *Evolução da sociedade e da economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIMA, Célio César de Aguiar. *Onde há fumaça há fogo: A influencia da Economia Cafeeira na construção da Estrada de Ferro D. Pedro II*. Dissertação (Mestrado). Vassouras: USS, 2007.

MACHADO, Humberto F. *Escravos, Senhores e Café. A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860-1888*. Niterói: Cromos, 1993.

MARCONDES, Renato Leite. “O financiamento hipotecário da cafeicultura no vale do Paraíba paulista (1865-87)”. *Revista Brasileira de Economia*; volume 56, número 1, páginas 147-170. Março 2002.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (orgs.). *O Brasil Imperial. Vol. II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 339-383.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Tese de doutorado do programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

_____. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MUAZE, Mariana. *O Império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Tese de doutorado do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2006.

_____. *As memórias da viscondessa. Família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense, no século XIX*. Dissertação de mestrado. Niterói. ICHF. UFF, 1979.

_____. *A Riqueza Fugaz: Trajetórias e Estratégias de Famílias de Proprietários de Terras de Vassouras, 1820-1890*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

RAPOSO, Inácio. *História de Vassouras*. Niterói: SEEC, 1978.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no Coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

STEIN, Stanley. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TAMBASCO, J. C. Vargens. *A Vila de Vassouras e o vale médio do Paraíba. A conquista da terra e a formação das bases agrícolas (1780-1833)*. Vassouras: Edição do Autor, 2007.

TAUNAY, Affonso de E. “Uma Irmandade de Grandes Cafezistas e Civilizadores” In: *O Café no Segundo Centenário de sua Introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1934.

_____. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.